



ACÓRDÃO Nº174/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11477/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Boa Vista do Ramos.
- 4- **Exercício:** 2017.
- 5- **Responsável:** Evandro Miranda Cardoso (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI e DICREA.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3.497/2020-MP, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Luiz Henrique Pereira Mendes.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Boa Vista do Ramos. Exercício de 2017.

Irregularidade. Multa. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar irregular as Contas do **Sr. Evandro Miranda Cardoso**, Presidente da Câmara Municipal de Boa Vista do Ramos, exercício 2017, nos termos do artigo 22, inciso III, alínea "b", da LOTCE/AM c/c 188, inciso II; §1º, inciso III, alínea "b", estes da Resolução nº 04/2002 – RITCE/AM, em razão das impropriedades relacionadas nos itens 2, 3 e 4 da fundamentação do Relatório/Voto;

10.2. Aplicar Multa no valor de **R\$ 3.413,60** (três mil, quatrocentos e treze reais e sessenta centavos) ao Sr. **Evandro Miranda Cardoso**, pela ofensa aos artigos 54 e 55 da Lei Complementar nº 101/2000 e artigo 32, inc. II, alínea 'h' da LOTCE/AM, que deverá ser recolhida no prazo de **30 dias**, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, com fundamento no artigo 54, inciso I, alínea "c", da LOTCE/AM, em razão de não haver encaminhado os Relatórios de Gestão Fiscal dos 1º (R\$ 1.706,80) e 2º (R\$ 1.706,80) semestres de 2017, a que se referem as impropriedades: *descumprimento do prazo de envio ao TCE dos Relatórios de Gestão Fiscal; descumprimento do prazo de publicação dos Relatórios de Gestão Fiscal;*



ACÓRDÃO Nº174/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

ausência de publicação de dados fiscais no portal da transparência; deixar de apresentar publicação dos Relatórios de Gestão Fiscal; todas constantes no Relatório Conclusivo nº. 04/2018-DICREA-CI.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.3. Aplicar Multa no montante de **R\$ 6.827,20** (seis mil, oitocentos e vinte e sete reais e vinte centavos) ao Sr. **Evandro Miranda Cardoso**, pelas ofensas ao artigo 33 da LOTCE/AM, que deverá ser recolhida no prazo de **30 dias**, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, com fundamento no artigo 54, inciso II, alínea "b", da LOTCE/AM, referente às impropriedades consideradas não sanadas para as quais foi verificada a sonegação de documentos/processos a esta Corte de Contas, assim especificadas: *não apresentação de documentos à Comissão de Inspeção do TCE/AM e obstrução ao exercício do Controle Externo; despesa com prestação de serviços contábeis no valor de R\$ 21.000,00, terceirizando atividades inerentes a servidores públicos; contratação de frete de um carro Vectra para "serviços de transporte de pacientes"; não apresentação de evidências documentais, financeiras e econômicas que justifiquem a contratação de serviço de prestação de técnicos e consultoria administrativa, jurídica em procedimentos licitatórios*; todos constantes no Relatório Conclusivo nº. 49/2019-DICAMI.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da



ACÓRDÃO Nº174/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 10.4. Aplicar Multa** no valor de **R\$ 14.000,00** (quatorze mil reais) ao Sr. **Evandro Miranda Cardoso**, que deverá ser recolhida no prazo de **30 dias**, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, com fundamento no artigo 54, inciso VI, da LOTCE/AM pelas graves infrações às normas, quais sejam: artigo 29-A, inciso I, da CF/88 (*Descumprimento do limite constitucional de dispêndio com o Poder Legislativo*); artigos 94 e 96 da Lei nº 4.320/1964 (*Inexistência de controle de registro do patrimônio*); artigo 37, inciso II, da CF/88 (*Despesa com prestação de serviços contábeis no valor de R\$ 21.000,00, terceirizando atividades inerentes a servidores públicos*); desfio de função/Princípio da Legalidade constante no artigo 37, caput, da CF/88 (*Contratação de frete de um carro Vectra para "serviços de transporte de pacientes"*); *Súmula Vinculante nº 13 (nomeação de parente da autoridade nomeante para exercício de cargo de confiança de controlador interno)*; item 4.d da NBC T 16.5 (*escrituração contábil indevida*); artigo 70, parágrafo único, da CF/88 (*Ausência de documentos aptos a demonstrar efetivamente regularidade na contratação de serviço de locação de veículos-*); todos constantes no Relatório Conclusivo Nº. 49/2019-DICAMI.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 10.5. Dar ciência** da decisão à **Secretaria da Receita Federal do Brasil** para que, no uso de suas atribuições e competências, tome as providências que



ACÓRDÃO Nº174/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

entender cabíveis notadamente em relação ao não recolhimento das contribuições para o INSS referente aos meses de janeiro, fevereiro, março, setembro, outubro e 2017, de que trata a restrição 10 constante no Relatório Conclusivo nº 49/2019-DICAMI.

10.6. Dar ciência da decisão à Câmara Municipal de Boa Vista do Ramos.

10.7. Dar ciência da decisão ao Sr. Evandro Miranda Cardoso.

11- Ata: 4ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 2 de Março de 2021.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

13.1. Auditor presente e Relator: Luiz Henrique Pereira Mendes.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES
Auditor-Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral